

Encontro Jurídico da FNP aponta estratégias de luta para 2011

O Encontro Jurídico da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), iniciado quinta-feira (03/02) com a participação do Comitê em Defesa dos Participantes da Petros (CDPP), Fenaspe, Astaipe e Ambep, além dos sindicatos que formam a FNP, foi fechado na sexta-feira (04/02) com a formulação de novas estratégias de luta para 2011.

O início das atividades foi realizado pelo conselheiro deliberativo da Petros, Paulo Brandão, que abordou temas relevantes à categoria como as consequências da repactuação, o fracasso do BPO como reflexo do avanço de consciência dos trabalhadores, o sucateamento da AMS e atual situação da Petros.

Na sequência, os departamentos jurídicos fizeram um breve balanço dos processos que já estão em tramitação na Justiça e aqueles que ainda devem ser ajuizados. Foram citados, por exemplo, os processos de: níveis (2004, 2005, 2006); RMNR; PCAC; Nível Automático julgado no Paraná; Aposentadoria Especial; FGTS; Repercussão Geral em Brasília; abertura do Plano BD e inclusão dos novos empregados (2002 a 2006) neste plano.

A principal tarefa foi trocar informações e traçar novos planos para combater a política discriminatória da Petrobrás, praticada através de instrumentos como o congelamento salarial, que atinge ativa e aposentados.

Outro assunto que ganhou destaque foi a campanha de Desrepactuação – movimento lançado no 2º semestre de 2010 pelo Comitê em Defesa dos Participantes da Petros (CDPP) em conjunto com a FNP e a Federação das Associações de Aposentados, Pensionistas e Anistiados do Sistema Petrobrás e Petros (Fenaspe). Além de estender em dois anos o prazo prescricional para anular a repactuação, a campanha teve outro balanço positivo: a alta rejeição da categoria ao Benefício Proporcional Op-



cional (BPO), configurando uma grande derrota à Petrobrás, que tentou empurrar novamente um plano prejudicial aos trabalhadores. Atualmente, já existem casos em que o pedido de anulação da repactuação está sendo julgado procedente. Um exemplo é o Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, onde diversas ações estão sendo vitoriosas.

Ainda no período da tarde de quinta-feira (03/02), o conselheiro deliberativo eleito da Petros, Ronaldo Tedesco, conduziu um debate no qual foram relatadas todas as ações implementadas para recuperar as perdas e prejuízos

dos trabalhadores em questões como pré-70 e limite de idade, além de assuntos de interesse dos trabalhadores vinculados à Petros como aplicação de recursos em diversos projetos, compra de imóveis, participações acionárias e ações administrativas. Neste sentido, Tedesco fez um diagnóstico preciso das soluções para evitar novas perdas e recuperar aquelas já causadas aos petroleiros assistidos pelo plano. Além de amadurecer as discussões anteriores, o debate serviu para aperfeiçoar ainda mais os futuros encontros sobre os temas tratados no Encontro Jurídico.

Eleições na Petros

No período da noite de quinta-feira (03/02) foi realizado um debate sobre a futura eleição para os cargos de Conselheiros Deliberativos e Conselheiros Fiscais da Petros, que deve ocorrer entre os meses de março e abril. O ponto central colocado em pauta foi a estratégia de mobilização que deve ser utilizada pelos candidatos que serão apoiados pela FNP e demais entidades co-irmãs como Fe-

naspe, Astaipe, Ambep e CDPP.

O debate, considerado amplo e rico pelos dirigentes presentes, teve como consenso a necessidade de construir uma luta unificada para derrotar os representantes governistas. Reunião para definir os nomes deve ocorrer no próximo dia 14 de fevereiro, mesma data em que o Conselho Deliberativo discutirá as mudanças estatutárias da Petros.

Conselheiros da Petros ministram curso para dirigentes sindicais

Ao longo de oito horas, os conselheiros deliberativos eleitos da Petros, Paulo Brandão e Ronaldo Tedesco, ministraram na sexta-feira (04/02) um curso básico sobre a Petros para dirigentes sindicais da FNP e demais associações petroleiras. A atividade fazia parte do Encontro Jurídico da FNP.

Durante os painéis, os participantes tiveram acesso a informações de conteúdo técnico e jurídico. O objetivo é multiplicar, através desses dirigentes, informações que geralmente ficam restritas aos corredores da Petros. Foram colocadas em discussão a atual situação dos petroleiros repactuados e não-repactuados, a forma como se dá os cálculos dos benefícios e as ações judiciais e administrativas a serem tomadas pelos sindipetros.



A intenção é que o curso também seja realizado nas bases dos sindicatos

da FNP e associações como Fenasp, Ambep e Astaipe.

FNP se reúne com Petrobrás e Transpetro

No último dia 2 de fevereiro, a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) se reuniu com a direção da Transpetro e Petrobrás, no Rio de Janeiro.

TRANSPETRO

Foram levados à mesa de negociações da Transpetro diversas demandas e reivindicações da categoria. Uma delas trata da liberação de dirigentes sindicais para FNP e Sindicatos. Segundo a empresa, o pleito será avaliado.

Levantada pelo Sindipetro-SJC, a reivindicação pela extensão do adicional de campo aos supervisores e técnicos de manutenção foi assegurada pela gerência da Transpetro.

Na base do Sindipetro-PA/AM/MA/AP, após muita insistência e intervenção do Sindicato, a construção de banheiro feminino no Terminal de São Luis foi garantida e o prazo de entrega foi estabelecido para junho deste ano. Em relação à reforma da Sala de Controle, que sofre há tempos com umidade, a reivindicação será novamente reforçada na próxima reunião, uma vez que nenhuma ação concreta foi tomada até o momento.

Outro ponto colocado foi o pagamento da Contribuição Sindical do Sindipe-

tro-LP, que segundo resposta da empresa será efetivado ainda em fevereiro.

Os dirigentes do Litoral Paulista reiteraram a preocupação em relação a operação de navios com concentrações de H₂S maiores do que os limites estabelecidos em padrão formal da empresa, fato que gera riscos aos trabalhadores e comunidade de regiões próximas ao Tebar, em São Sebastião. Segundo a empresa, a Transpetro notificou a área de abastecimento, que não aceitará mais nenhuma descarga de produtos com altos índices de H₂S.

Em relação a pagamento de horas extras, informou que existe a orientação de limitá-las a 40 horas mensais, porém, quando ultrapassado, a chefia deverá justificá-lo. Caso o pagamento não seja efetivado, o empregado deverá comunicar ao sindicato para cobrarmos providências.

Quanto ao incidente envolvendo atitudes de uma chefia no Tebar, a empresa informou que conversaram com a mesma e acreditam que não haverá reincidências.

Ainda em relação a São Sebastião, a transferência de um operador para o Terminal de Ribeirão Preto está encaminhada e quanto a licença não remunerada à uma

companheira da Manutenção, recusada por um Diretor da empresa, o Sindicato solicitou que o pedido fosse encaminhado ao Presidente Sérgio Machado.

As respostas aos problemas levantados pela FNP devem ser respondidos oficialmente pela empresa no próximo dia 14, data em que deve acontecer nova reunião entre o RH Corporativo e Federação.

PETROBRÁS

Na Petrobrás, em reunião no Edise, foi discutida a implementação da Lei nº 12.353/10, que trata da participação de representante dos empregados no Conselho de Administração das empresas do Sistema (Petrobrás S/A, Transpetro, TBG, BR Distribuidora e outras).

A companhia apresentou a programação preliminar do processo eleitoral desejado pela companhia e a necessidade de alteração de seu Estatuto para o atendimento da legislação. A FNP solicitou a apresentação na íntegra do conteúdo exposto para que toda a categoria tenha acesso às informações. Novas reuniões serão agendadas para que a FNP informe qual será o seu posicionamento sobre o tema em questão.